

Na área financeira, novos impostos de até 45%.

Na área do mercado financeiro, o pacote econômico introduz a taxação de 45% nos ganhos de capital, auferidos com a transferência ou liquidação de títulos ou obrigações de renda fixa; a cobrança da alíquota de 40% sobre os rendimentos das aplicações financeiras em títulos de renda fixa pós-fixados. Em ambos os casos, a tributação será exclusivamente na fonte, para os aplicadores pessoas físicas ou jurídicas.

"As operações de transferência ou liquidação com títulos de renda fixa, títulos do Tesouro Nacional (ORTN e LTN) ou qualquer outro tipo de aplicação não sofriam nenhum tipo de tributação. As operações de transferência destes papéis sempre geram ganhos de capital, que agora serão taxados", explicou o secretário da Receita Federal, Luís Romero Patury Accioly.

Até hoje, os rendimentos em aplicações financeiras em títulos com correção monetária pós-fixada (como os certificados de depósitos bancários) são taxados no momento do seu pagamento ao investidor, em função do intervalo de tempo entre as datas de emissão e resgate do papel. As taxas variam de 30% — prazos superiores a 60 meses — e 40%, em prazos inferiores a 12 meses. O pacote econômico em análise pelo Congresso estipula a alíquota única de 40%, recolhida no momento da aplicação feita pelo primeiro investidor.

Para Patury Accioly, a antecipação do recolhimento com base numa alíquota única gerará ganho financeiro para ao governo em função da própria antecipação, e simplificará os controles de administração da Receita Federal sobre o mercado financeiro. O secretário da Receita classificou como muito importante a taxação dos ganhos de capital, que hoje são altos no Brasil em função da agilidade do mercado.

"Open" e ações

Nas operações financeiras de curto prazo (open market), o governo teve de ceder às pressões dos congressistas. O pacote econômico originalmente previa a substituição do Imposto de Renda pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no open market. Mas os parlamentares argumentaram que os fundos de Participação dos Estados e dos Municípios saíam perdendo recursos, já que o IOF não é repassado para estes fundos, como o Imposto de Renda.

Em função dessa exigência do Congresso, as operações de curto prazo continuarão sendo taxadas com Imposto de Renda. O economista João Manoel Cardoso de Melo, assessor especial do ministro da Fazenda, revelou que as alíquotas do IR no Open estão sendo recalculadas e serão brevemente divulgadas. Ele disse que o governo não pretende aumentar a taxação do open via Imposto de Renda, "pois as alíquotas continuarão variando entre 10 e 20%".

No âmbito do mercado de ações, o pacote econômico prevê a taxação dos mercados futuro e a termo, com base nas mesmas alíquotas do Imposto de Renda para o Open. O mercado de opções foi taxado com a alíquota de 0,5% do Imposto de Renda sobre os prêmios auferidos pelos vendedores. Os mercados primário e secundário, de balcão ou no pregão das bolsas de valores, continuam sem nenhum tipo de taxação.

Cardoso de Melo disse que as mudanças tributárias no mercado financeiro foram ditadas pelo mesmo princípio que norteou as mudanças propostas para as pessoas jurídicas e físicas. Segundo ele, o governo tentou aproximar o máximo o imposto devido do efetivamente pago por todas as esferas da economia.